



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0284560-5/02

COMARCA: Recife/PE - 34ª Vara Cível

EMBARGANTE: ANA CRISTINA ALTINO GARCIA

EMBARGADO: TATHIANNA NUNES DE SOUZA

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ART. 535 DO CPC - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE POR MEIO DESTA VIA RECURSAL - ILEGITIMIDADE DA SOCIEDADE PARA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

1. Não tem os aclaratórios a finalidade de substituir o acórdão embargado, nem tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.
2. Inocorrente as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.
3. Inexiste omissão no aresto embargado, uma vez que a matéria foi devidamente tratada por ocasião do julgamento.
4. A sociedade não tem legitimidade ativa nem passiva para a ação de prestação de contas em relação à sua administração.
4. Embargos de declaração não acolhidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar acolhimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 27 de *maio* de 2013.

[Assinatura]
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0284560-5/02

COMARCA: Recife/PE - 34ª Vara Cível

EMBARGANTE: ANA CRISTINA ALTINO GARCIA

EMBARGADO: TATHIANNA NUNES DE SOUZA

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 02/06), opostos por ANA CRISTINA ALTINO GARCIA, nos autos do Agravo Regimental nº 0284560-5/01, em que contende em face de TATHIANNA NUNES DE SOUZA, através dos quais alega omissão no julgado que deu provimento a este último Recurso. No Agravo, discutiu-se a concessão de efeito suspensivo ao recurso de agravo de instrumento.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- A embargante alega omissão no *decisum* vergastado, asseverando que o fato da empresa realizar apenas um evento anual impede que haja participação nos lucros o ano inteiro destinados à embargada;
- Afirma que o administrador da sociedade empresária responde pelos atos que praticar na forma do art. 1010 do Código Civil, o que não sujeita a responsabilidade solidária da embargada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

- E, ainda, que a própria sociedade empresária deve integrar a lide, por ser questão de ordem pública (legitimidade).

CONTRARRAZÕES

- Em contrarrazões (fls. 19/23), os embargados rebatem os argumentos aduzidos no recurso, afirmando que a empresa não se limita a apenas um evento anual, havendo outras até bem remuneradas;
- Assevera, ainda, que o litígio surgiu, justamente por causa da quebra de confiança antes existente entre as sócias. Requer, por fim, a rejeição dos aclaratórios.

Independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 27 de março de 2013.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0284560-5/02

COMARCA: Recife/PE - 34ª Vara Cível

EMBARGANTE: ANA CRISTINA ALTINO GARCIA

EMBARGADO: TATHIANNA NUNES DE SOUZA

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO

Estando presentes os pressupostos processuais necessários à sua admissibilidade, conheço dos embargos.

A ementa do acórdão guerreado, constante às fls. 36 do Agravo Regimental de n.º 0284560-5/01, dispôs o seguinte:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE CONCEDEU EFEITO SUSPENSIVO EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2º GRAU QUE NÃO GUARDA COERÊNCIA COM A RELEVÂNCIA DO FUNDAMENTO NEM COM O PERIGO DA DEMORA - DECISÃO DE 1º GRAU BEM FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS QUE AUTORIZAM A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA - RECURSO QUE SE DÁ PROVIMENTO PARA RESGATAR A DECISÃO DE 1º GRAU.

1. A concessão do efeito suspensivo ao recurso de agravo de instrumento, seja ele de efeito positivo ativo ou negativo, deve vir associada aos requisitos legais da relevância do fundamento e do 'periculum in mora',



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

simultaneamente. A falta de qualquer deles, impõe ao julgador o dever de indeferir o pedido liminar - máxime quando bem fundamentada a decisão de 1º grau que antecipou os efeitos da tutela, demonstrando, satisfatoriamente, as presenças da verossimilhança das alegações da demandante e o perigo da demora, caso não seja o pedido antecipatório deferido. 2. Recurso que se dá provimento."

O art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

Pois bem.

A Embargante inova nos argumentos de convencimento quanto à questão da empresa fazer apenas um único evento anual, bem como da limitação oferecida pelo art. 1010 do Código Civil, porém, eles não devem prosperar. Tais levantamentos, além de bem contrarrazoados pela Embargada, foram considerados quando da decisão do Agravo Regimental, mais especificamente quando da análise do *periculum in mora*.

O que se vê aqui é a intenção da Embargante de ver reapreciada a matéria analisada no acórdão. Entretanto, o presente recurso não se

32



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

presta a rediscutir a matéria versada, nem a substituir qualquer decisão prolatada no acórdão embargado, pois este não contém qualquer defeito que seja capaz de ser sanado por meio de Embargos de Declaração, tendo sido toda a matéria submetida à apreciação desta Colenda Turma e por ela analisada, vez que imprescindível, aliás, para o julgamento do recurso.

Nesse contexto, observo a flagrante intenção do Embargante em rediscutir a matéria, hipótese esta que não sugere a oposição do presente recurso.

Sobre o assunto, a jurisprudência já se manifestou, *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. *É de negar-se provimento aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão, pretendem na verdade a rediscussão da matéria.* (PR 0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/01/2011, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. *Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria.* (775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira)

No que se refere à legitimidade da Sociedade Empresária Coquetel Molotov Produções Ltda. para compor a lide, verifico que apenas quando da proposição destes aclaratórios é que se levanta a questão, o que não obsta sua apreciação neste momento. No entanto, não compete, inicialmente, a este meio impugnativo analisar legitimidade *ad causam* de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

terceiro interessado, pois como é cediço os embargos declaratório são meios de impugnação de fundamentação vinculada. Todavia, também é certo que, em alguns casos, o sistema processual autoriza que se opere o efeito translativo nos recursos ordinários (inclua-se os embargos de declaração), normalmente com as questões de ordem pública, como corolário do efeito devolutivo.

A legitimidade *ad causam*, sem dúvidas, é abarcada pelo conceito de ordem pública, permitindo-se ao juízo apreciar a matéria de ofício. Entretanto, no caso dos autos, a Ação Originária é a de Prestação de Contas entre uma das sócias em face da sócia-gerente, únicas integrantes da sociedade. Além disso, a sociedade empresária em si não tem legitimidade para exigir nem para oferecer prestação de contas por se tratar de obrigação de ordem pessoal, conforme melhor interpretação do art. 914 e seguintes do CPC.

A jurisprudência do STJ caminha nesse sentido:

"A sociedade não tem legitimidade ativa nem passiva para a ação de prestação de contas em relação à sua administração" (STJ, 3ª Turma, REsp. nº 178.423-GO, Ag. Reg, rel. Min. Eduardo Ribeiro, DJU 04.09.00, p. 148)"

"A ação de prestação de contas deve ser proposta contra o sócio administrador ou gerente da sociedade por quotas por se constituir em obrigação pessoal" (STJ, 3ª Turma, REsp. nº 57.139-RJ, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 03.02.97, p. 714)."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Exatamente esta a hipótese dos autos! Aliás, o fato de a sociedade contar com apenas dois sócios (ambos exercendo sua administração, atualmente) não a legitima a postular nem prestar tais contas, sobretudo porque a personalidade jurídica da empresa, a evidência, não se confunde com a dos sócios.

Nesse contexto, não reconheço a legitimidade da Sociedade Empresária Coquetel Molotov Produções Ltda. para compor a lide, nas condições em que o processo se apresenta.

Assim sendo, inexistente vício algum no julgado embargado, o qual declinou, de maneira expressa, as razões pelas quais dava provimento ao recurso, de modo que a omissão, obscuridade ou contradição devem existir no próprio texto embargado, e não no cotejo deste com o entendimento da parte irresignada.

Face ao exposto, conheço dos embargos declaratórios, mas **negotius acolhimento.**

É como voto.

Recife, 27 de março de 2013


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator